

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 08 de maio de 2020 às 08h14*  
*Seleção de Notícias*

## Correiobraziliense.com.br | BR

Direitos Autorais

**Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música repudia, em nota, emenda da MP 948** ..... 3  
DIVERSÃO E ARTE

## G1 - Globo | BR

Pirataria

**PRF apreende mais de 2 mil comprimidos de azitromicina no Pará** ..... 4

## O Globo Online | BR

Direitos Autorais

**Após discutir com Anitta, deputado retira emenda de MP que alterava cobrança de direitos autorais** ..... 5  
CULTURA | O GLOBO

## R7 | BR

Pirataria

**Polícia Civil fecha confecção clandestina na zona leste de SP** ..... 7  
DO R7

## Congresso em Foco | BR

Propriedade Intelectual

**De Anitta a Caetano, artistas pressionam Maia contra mudança em direito autoral** ..... 8  
EDSON SARDINHA

## Agência Câmara | BR

Direitos Autorais

**Entidades do setor musical sugerem nome de relator para MP sobre direitos artísticos** ..... 11  
PABLO VALADARES

## Migalhas | BR

ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta

**MIGALHAS nº 4.846** ..... 12

## Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música repudia, em nota, emenda da MP 948

### DIVERSÃO E ARTE

O **Grupo** de Ação Parlamentar Pró-Música (GAP), formado para proteger os artistas em questões legais, publicou uma nota de repúdio às mudanças propostas pelo deputado **Felipe** Carreira (PSB-PE) na emenda constitucional que alteraria a lei 9.610/98, que trata do pagamento de **direitos** autorais.

Na nota, o GAP afirma que a alteração "visa exclusivamente asfixiar financeiramente a classe artística nacional para beneficiar um setor de entretenimento que só existe porque existem os artistas e autores a quem ela pretende espolar e que são legitimamente representados pelo ECAD".

A emenda em questão faz parte da Medida Provisória nº 948/20, voltada para o mercado do entretenimento e que tem o foco principal em controlar a crise gerada pela **pandemia**. A parte criticada fala sobre **direitos** autorais, atualmente os produtores de eventos são

obrigados a pagar 10% da bilheteria ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), que por sua vez repassa este valor para compositores e donos dos direitos das canções. A mudança proposta era deixar este repasse a cargo do intérprete sendo 5% em cima do valor do cachê.

### Repercussão

Com as críticas e repercussão negativa da classe artística, o congressista já voltou atrás e afirmou, em carta aberta, que desistiu da ideia e afirmou que vai retirar a proposta. Nesta semana, ele bateu boca com Anitta durante uma live sobre o assunto.

Outros artistas e profissionais da área também criticaram publicamente a emenda, como o cantor Paulo Ricardo e a produtora Paula Lavigne, que publicou uma nota de repúdio na própria conta do Instagram.

## PRF apreende mais de 2 mil comprimidos de azitromicina no Pará

Polícia Rodoviária Federal apreende 2500 comprimidos de azitromicina transportados ilegalmente na BR-316, no Pará - Foto: Polícia Rodoviária Federal

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu, nesta quarta-feira (6), 2500 comprimidos de azitromicina transportados ilegalmente pela rodovia BR-316, em Cachoeira do Piriá, nordeste do Pará.

De acordo com a PRF, uma equipe avistou um veículo parado no acostamento da rodovia e efetuou abordagem para prestar auxílio. Com a chegada dos policiais, o condutor do carro demonstrou nervosismo, assim os agentes solicitaram a documentação do veículo e a CNH do motorista. Depois da checagem, foi realizada uma vistoria no carro e foi constatado que no banco de trás havia diversas caixas do medicamento azitromicina di-hidratada, em embalagem hospitalar, com venda proibida no comércio.

O condutor foi questionado sobre a mercadoria. Ele não apresentou documento que autoriza o transporte

do medicamento, junto com a nota fiscal do produto. O motorista informou aos policiais rodoviários federais que recebeu a carga em Carutapera, no Maranhão e que tinha destino Capanema, onde o produto seria vendido nas farmácias locais.

O motorista foi preso e encaminhado para a delegacia de Cachoeira do Piriá. Ele foi autuado pelo crime de **falsificação**, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. O medicamento apreendido foi apresentado na delegacia.

O que aconteceu hoje, diretamente no seu e-mail

Obrigado! Você acaba de se inscrever na newsletter Resumo do dia.

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os termos de uso, denuncie. Leia as perguntas mais frequentes para saber o que é impróprio ou ilegal.

## Após discutir com Anitta, deputado retira emenda de MP que alterava cobrança de direitos autorais

CULTURA

SÃO PAULO Após ser duramente criticado pela classe artística e de discutir com a cantora **Anitta**, o deputado **Felipe Carreras** (PSB-PE) retirou uma emenda incluída por ele à Medida Provisória nº 948/2020, que dispõe sobre o cancelamento de eventos culturais durante a **pandemia** de Covid-19. O deputado havia proposto que somente o intérprete poderá pagar o **direito** autoral de músicas executadas em eventos, isentando os produtores de arcar com tais custos.

Nesta quarta-feira (6), Carreras voltou atrás e divulgou uma Carta aberta à classe artística na qual informou que retiraria a emenda diante da divulgação de informações contraditórias devido à falta de entendimento claro da nossa MP 948 e da possibilidade de termos um diálogo maior sobre assunto com toda a classe artística em relação à transparência e aos critérios de critérios de cobrança dos **direitos** autorais do no Brasil".

Carreras afirmou ainda que continuará lutando pela transparência do Ecad (**Escritório** Central de Arrecadação e Distribuição de **Direitos** Autorais)". "No momento oportuno, promoveremos uma série de audiências para discutirmos o assunto de forma plural, diz a carta.

Anitta compartilhou a carta no Instagram e comemorou: Vitória! Feliz em saber que toda a classe de músicos dormirá tranquila hoje com menos este problema. Agora vamos seguir com o foco no que importa no momento que é a Covid-19, e depois que tudo passar reitero meu convite feito ontem. Na terça (5), Anitta havia convidado o deputado para debater a emenda com classe artística em uma live: Fica aqui o meu convite para debater numa live frente a frente, com o público assistindo, com os artistas que precisam desse dinheiro. Assim, você (**Carreras**) pode colocar o seu ponto e eu posso colocar o meu ponto de

vista, afirmou.

A live aconteceu ainda na terça e durou cerca de 50 minutos, mas não houve acordo entre a cantora e o deputado, que afirmou estar do lado dos artistas e disposto a dialogar. "Eu não acho que você esteja, e essa é uma coisa que a gente não vai concordar, e a gente não vai acabar esse debate jamais. Então, obrigada pelo seu tempo, a gente continua aí lutando, você puxa daí, a gente puxa daqui, e vamos ver o que acontece, rebateu Anitta.

O repúdio à emenda uniu artistas como Anitta, Teresa Cristina, Paulo Ricardo, Alceu Valença, Danilo Caymmi, Jorge Vercillo, além de duplas sertanejas como Maria Cecília & Rodolfo e Guilherme & Benuto. Em um vídeo divulgado pelos artistas, a emenda é apresentada como um jabuti, jargão legislativo para emendas incluídas em determinadas pautas para atender a interesses pessoais de parlamentares. No vídeo, Carreras é mostrado como um dos sócios da Festa Cheia Produções e Propaganda LTDA, uma grande produtora de Pernambuco.

A produtora Paula Lavigne, presidente da Associação Procure Saber, afirmou que, se a emenda fosse aprovada, não os artistas sairiam no prejuízo e que o deputado estaria interferindo em um assunto que é muito maior do que ele acha que é.

Existem contratos internacionais que seguem a legislação atual, o setor pode ser penalizado internacionalmente explicou.

Em nota assinada por Lavigne, a Associação Procure Saber afirmou:

Os **direitos** autorais dos autores e compositores brasileiros e de seus colegas do mundo inteiro estão ameaçados pelos violentos ataques promovidos pelo

Continuação: Após discutir com Anitta, deputado retira emenda de MP que alterava cobrança de direitos autorais

deputado Felipe Carreras, por razões de seu interesse pessoal e em benefício de promotores de eventos que obtêm altos lucros em suas atividades comerciais.

Também em nota, o Ecad afirmou entender que a Medida Provisória 948, que trata da relação de consumo decorrente do cancelamento de serviços e reservas de shows e eventos por conta do coronavírus, não é o instrumento apropriado para um debate sobre o **direito** autoral em execução pública de música.

Leia na íntegra a carta de Carreras à classe artística:

**Carta** aberta à classe artística

**Diante** da divulgação de informações contraditórias devido à falta de entendimento claro da nossa MP 948 e da possibilidade de termos um diálogo maior sobre assunto com toda a classe artística em relação à transparência e aos critérios de critérios de cobrança dos **direitos** autorais do no Brasil, decidimos não esperar o relator da MP ser definido, como é costume do Congresso, e enviamos um requerimento direto para o

presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, com a solicitação de que ele retire a emenda. Ele é o único que tem a autoridade de fazer isso atualmente. Não é o caminho normal, mas penso que é o melhor a ser feito neste momento.

**Vamos** continuar lutando pela transparência do Ecad. No momento oportuno, promoveremos uma série de audiências para discutirmos o assunto de forma plural, em Brasília, através da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Produção Cultural e Entretenimento. Convidaremos mais uma vez os artistas e a superintendente do Ecad para o debate. Nossa intenção é construir um diálogo sadio e com resultados práticos.

**Felipe** Carreras

**Deputado** Federal

**PSB/PE**

## Polícia Civil fecha confecção clandestina na zona leste de SP



Fábrica, que funcionava no Jardim Marília, empregava dez trabalhadores bolivianos tinha em estoque cerca de três mil peças de roupas pirateadas

Uma confecção clandestina que funcionava no andar superior de uma residência localizada na rua Arturo Martini, no Jardim Marília, zona leste de São Paulo, foi fechada nesta quinta-feira (7) por equipes do Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais da Polícia Civil de São Paulo). Cerca de três mil peças pirateadas de marcas de grife foram apreendidas.

A ação foi efetuada por policiais da 1ª Delacia DIG (**Antipirataria**) e da 1ª Delegacia Divecar (Investigações sobre Roubo e Furto de Veículos), após a realização de uma investigação prévia sobre as atividades ilícitas que ocorriam no estabelecimento. Os produtos - moletins, calças e camisetas - foram recolhidos e serão periciados.

O negócio ilegal era comandado por um boliviano, preso em flagrante, que deverá responder por crime contra o registro de marcas - Art. 190 do Código de Propriedade Industrial. Dez trabalhadores, também de origem boliviana, foram encontrados na fábrica. Todos foram ouvidos e dispensados pelas autoridades policiais.

Em uma avaliação inicial, o delegado Wagner Carasco, chefe da 1ª Dig do Deic e responsável pela ope-

ração policial, não encontrou indícios de trabalho escravo. A exploração laboral é uma das vertentes do tráfico de pessoas.

"Conversamos com o pessoal reservadamente. Por se conhecerem da mesma região da Bolívia, um foi indicando [o trabalho] para o outro. A situação lá é um pouco pior. Vieram para trabalhar, Mas, não vimos nada relacionado a aliciamento ilegal", avaliou o delegado do Deic.

### Balanco de apreensões

De acordo com um balanço parcial de operações deflagradas desde o início do ano, a 1ª Dig do Deic apreendeu aproximadamente 120 toneladas de produtos pirateados.

Cesar Sacheto, do R7

## De Anitta a Caetano, artistas pressionam Maia contra mudança em direito autoral



Artistas dos mais diferentes gêneros musicais estão em campanha aberta contra a possibilidade de o Congresso alterar os critérios para o pagamento de **direitos** autorais. Duplas sertanejas e cantores como Caetano Veloso, Daniela Mercury, Marisa Monte, Anitta e Milton Nascimento pressionam o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a barrar uma emenda apresentada pelo deputado Felipe Carreras (PSB-PE) que, segundo eles, reduzirá o valor repassado a compositores pela execução pública de suas músicas.

O deputado defende a inclusão da mudança em uma medida provisória (MP 948/2020) que estabelece regras de cancelamento de serviços, de reservas e de

eventos dos setores de turismo e cultura durante a pandemia de covid-19. Maia tem recebido apelo de artistas para que não indique Carreras para a relatoria da MP, função que ainda não foi definida. Alguns artistas como Marisa Monte e Alcione enviaram mensagens diretamente para o deputado fluminense.

Atualmente os organizadores de espetáculos, públicos ou privados, são responsáveis pelo pagamento dos **direitos** autorais para o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição ( Ecad ), que repassa o dinheiro arrecadado para os compositores. Nesse caso, o contratante tem de pagar 10% do valor bruto da bilheteria. Em sua emenda, Carreras propõe que o percentual cobrado caia pela metade, a 5%, e incida não mais sobre a bilheteria, mas sobre o cachê do artista contratado.

> Veja a emenda de Carreras

Nesse ponto há ainda outra divergência entre as duas partes: os artistas contrários à proposta alegam que a taxação recairá sobre o compositor; já o deputado afirma que esse ponto não está claro no texto, mas que vai defender que o pagamento continue a ser feito pelo organizador do evento.

O Ecad é contra a mudança e alega que a alteração no critério reduzirá o valor a ser recebido pelos compositores. "A emenda não só reduz a remuneração dos compositores, como tira a responsabilidade dos produtores dos eventos em pagar pelo **direito** autoral e a transfere para os intérpretes", afirma o órgão em nota.

Felipe Carreras, que é empresário do ramo de eventos, está sendo acusado pelos artistas de legislar em causa própria. O deputado disse ao Congresso em Foco que não vê nada de ilegal ou imoral no fato de atuar também como representante do setor na Câmara. Segundo ele, o atual modelo está in-

Continuação: De Anitta a Caetano, artistas pressionam Maia contra mudança em direito autoral

viabilizando os empreendedores culturais.

"Estou deputado, mas sou do setor de entretenimento. Tem deputado que é produtor rural e defende o setor e é assim em outras áreas. É normal defender o seu setor. Isso faz parte do ambiente democrático", disse o parlamentar.

A produtora Flávia Lavigne, que preside a Associação Procure Saber, é uma das líderes do movimento contra a emenda de Carreras. "Deixar de pagar a quem se deve, usando de subterfúgios para obter vantagens é uma das características de uma prática conhecida como 'enriquecimento sem causa'. Não cabe aos devedores dos autores repassar suas obrigações para os artistas que as interpretam e muito menos colocar preço no que não lhe pertence", afirmou Paula por meio de nota em nome da associação.

Carreras participou de uma live com Anitta nessa terça-feira (5). A discussão ficou tensa. A cantora não aceitou as justificativas apresentadas pelo deputado. A cantora acusou o parlamentar de esconder dos artistas a discussão sobre a mudança nas regras dos **direitos** autorais.

"Colocar uma emenda para aprovação em urgência não é nenhuma forma de diálogo. Não acredito que seja justo. Imagine se nenhum artista tivesse visto isso? Ia ser aprovada a qualquer dia e não haveria diálogo. Pra mim, só é diálogo quando temos opção antes da coisa ser feita. Se não estivéssemos sempre fiscalizando, não teríamos a oportunidade de lutar e reivindicar isso", disse a artista.

Carreras retrucou: "Em primeiro lugar, estou à disposição do diálogo. Em segundo lugar, eu falei com a representante do Ecad, que tem a outorga, que fala por vocês, porque eu não consigo falar com todo mundo. Com você eu posso falar amanhã, depois, com outros artistas, estou à disposição. Estou à disposição do diálogo. Estou do lado de vocês".

Anitta reforçou seu descontentamento. "Eu não acho

que você esteja, e essa é uma coisa que a gente não vai concordar. A gente não vai acabar esse debate jamais. Então, obrigada pelo seu tempo, a gente continua lutando, você daí, a gente puxa daqui, e vamos ver o que acontece", afirmou a cantora ao encerrar a live (veja o debate abaixo).

Veja a nota da Associação Procure Saber:

"Os **direitos** autorais dos autores e compositores brasileiros e de seus colegas do mundo inteiro estão ameaçados pelos violentos ataques promovidos pelo deputado Felipe Carreras, por razões de seu interesse pessoal e em benefício de promotores de eventos que obtêm altos lucros em suas atividades comerciais. Sem autores não haveria música e sem música não haveria artista para interpretá-la, nem promotores de eventos. Sem essa cadeia criativa da música, eles sequer existiriam.

A Constituição Brasileira assegura aos autores o direito exclusivo de autorizar ou proibir o uso de suas composições. Além das garantias que as leis brasileiras oferecem, vários tratados internacionais que o Brasil assinou estabelecem regras de cumprimento obrigatório, que estão sendo violadas pela emenda à MP 948. Os **Direitos** autorais, não se inserem apenas entre os tratados de Direitos Humanos e de **propriedade** intelectual. Por sua importância para a economia dos países, especialmente a dos países que produzem cultura, como é o caso do Brasil, os **direitos** autorais passaram a ser considerados por esses aspectos comerciais.

A proteção dos direitos dos autores no mundo está, portanto, presente em tratados comerciais administrados pela Organização Mundial do Comércio, como o TRIPS, da qual o Brasil é membro, já tendo manifestado, inclusive, seu interesse de fazer parte da OCDE.

A emenda do deputado Felipe Carreras não é permitida por esses mecanismos internacionais comerciais, causando amplos e incontáveis prejuízos

Continuação: De Anitta a Caetano, artistas pressionam Maia contra mudança em direito autoral

ao Brasil e aos autores e compositores nacionais e estrangeiros, podendo significar efeitos catastróficos, como a paralização dos pagamentos aos autores brasileiros em todos os países, como medida de retaliação.

O ECAD, no Brasil, representa todos os autores nacionais e estrangeiros frente às empresas de promoção de eventos e outros usuários que exploram as suas músicas. Deixar de pagar a quem se deve, usando de subterfúgios para obter vantagens é uma das características de uma prática conhecida como "enriquecimento sem causa". Não cabe aos devedores dos autores repassar suas obrigações para os artistas que as interpretam e muito menos colocar preço no que não lhe pertence.

Paula Lavigne

Presidente

Associação Procure Saber"

Veja nota de Felipe Carreras sobre o assunto:

"Chegou a hora da verdade. O que muita gente está falando sobre a nossa emenda à MP 948 está longe do que é correto. Por isso, venho a público esclarecer a situação:

Eu sou a favor o pagamento do **direito** autoral. Nunca me coloquei contra. Só quero que a cobrança seja o mais transparente e com a garantia da possibilidade do compositor saber o quanto foi pago pela utilização das suas obras.

O que propomos, como sugestão na emenda para o relator, é que o cálculo do pagamento do **direito** autoral seja de 5% adicionado ao valor do cachê do artista. A

forma de pagamento não foi definida, mas defendo que este recolhimento deva continuar com os contratantes. Esse é o ajuste que defenderei junto ao relator. Se for pago R\$ 1 mil de cachê, o contratante precisará pagar mais R\$ 50 de **direito** autoral. Não subtrai nada do artista. O cachê é apenas uma base para o pagamento. Conta simples, direta, sem possibilidade de subterfúgios, mudanças e negociações diferentes a cada evento.

Caso a sugestão de emenda seja aprovada, o produtor vai saber exatamente quanto vai pagar, o artista vai ter conhecimento de quanto será cobrado em **direito** autoral e o compositor terá, de forma muito clara e transparente, a informação de quanto poderá receber de **direito** autoral. Todos ganham porque o processo ficará claro e de fácil entendimento.

Uma pergunta que gostaria de fazer a todos é: a quem interessa não fazer esta alteração e por quê? A quem interessa não termos transparência nos pagamentos dos **direitos** autorais e na sua rastreabilidade? Por que o compositor não pode saber exatamente o quanto está sendo pago em cada evento?

Sou a favor dos artistas, dos compositores, dos músicos, de todos que vivem da música. Só quero deixar o processo transparente para todos. Acredito que quanto mais claros forem os processos, mais as pessoas vão ganhar.

Se existe algo que a classe artística gostaria de sugerir na emenda, estou aberto a sugestões. Acredito que com o diálogo podemos avançar rumo a uma solução pacífica e que contemple os anseios de todos."

## Entidades do setor musical sugerem nome de relator para MP sobre direitos artísticos



Entidades do setor musical encaminharam nesta quinta-feira (7) uma carta ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, sugerindo a indicação de representante da Frente Parlamentar Suprapartidária em Defesa da Indústria da Música para relatar a Medida Provisória 948/20.

Essa MP foi editada para regular o reembolso aos consumidores pelo cancelamento de espetáculos culturais e reservas em hotéis durante a pandemia de Covid-19. A MP também poderá ser modificada e incluir novas regras sobre o pagamento de **direitos** autorais, tema que foi excluído da MP da Embratur (MP 907/19), aprovada pela Câmara no último dia 27 de abril.

Na carta enviada a Maia, entidades como a Associação Nacional da Indústria da Música (Anafima), Ordem dos Músicos do Brasil (OMB), Associação dos Profissionais de Eventos (APE) e Sindimúsica pedem que o relator da MP 948 seja o deputado Roberto Pessoa (PSDB-CE), que é presidente da frente parlamentar em defesa da indústria da música; ou o deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB-CE), que é vi-

ce-presidente da frente.

A MP 948/20 desobriga as empresas de reembolsarem os consumidores pelo cancelamento de eventos culturais (como shows e sessões de cinema) e pacotes turísticos e reservas em hotéis devido à pandemia. Em lugar do reembolso, as empresas poderão remarcar os serviços cancelados, disponibilizar créditos para uso em outros serviços ou fazer outro tipo de acordo com os clientes.

## MIGALHAS nº 4.846



### Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

### OGF Advogados

( )

"Quem está em sua casa está como quer; quem está fora de casa tem que estar como os outros querem."

Monteiro Lobato ,

pela boca de Dona Benta

### Competência

Estados e municípios, no âmbito de suas competências, podem adotar medidas para restringir o transporte intermunicipal e interestadual durante a pandemia. As medidas restritivas, no entanto, devem estar embasadas em recomendação técnica e têm de preservar o transporte de produtos e serviços essenciais. Assim decidiu o plenário do STF. ( )

### Shakespeare numa hora dessas?

A propósito, os Estados e municípios têm transferido para o Judiciário a responsabilidade de decidir. Com efeito, livrando-se do ônus político, alguns alcaides e governadores vão flexibilizando e o MP aciona a Justiça, que vai restringindo. Assim, o agente público fica confortável. Ou seja, há mais coisas entre o Executivo e o Judiciário do que sonha nossa vã epidemia.

### Imprensa e democracia

A sessão plenária do STF de ontem foi aberta com um pronunciamento de Toffoli, repudiando as agressões sofridas por jornalistas no último domingo. ( )

### Decano

Depois de um período de afastamento por motivos de saúde, o decano Celso de Mello, para gáudio do mundo jurídico, marcou presença na sessão plenária de ontem. ( )

### Compartilhamento de dados - IBGE

Os ministros do STF deram início ao julgamento de cinco ações contra a MP 954/20, que permite o compartilhamento de dados de clientes das empresas de telecomunicação com o IBGE. Após as sustentações orais, a relatora, ministra Rosa Weber, votou no sentido de reafirmar a suspensão da referida norma. ( )

### A arte imita a vida?

Ministra Rosa Weber, durante apresentação do voto, lembrou a clássica obra literária de George Orwell, "1984", e o recente documentário da Netflix intitulado "Privacidade Hackeada", sobre o vazamento de dados dos usuários do Facebook e a interferência nas eleições americanas de 2016. ( )

### Fiel

Desde que as sessões plenárias deixaram de ser realizadas no austero edifício do STF, os julgamentos ganharam uma cara mais íntima e pessoal. É possível ver o gosto dos ministros estampado nos quadros, nas decorações e... nas canecas. Ontem, o ministro Alexandre de Moraes mostrou seu lado corintiano - já sabidamente conhecido - ao beber água na caneca do Timão. ( Compartilhe )

## Guaribada

Ainda sobre o local de apresentação dos ministros, e compreendendo que o excesso de trabalho impede que se perca tempo com minudências, leitores enviaram mensagens se dispondo a ajudar o ministro Fux a dar uma organizada no quartinho onde S. Exa. profere os votos, se assim quiser. ( Compartilhe )

## Operação Faroeste

A Corte Especial do STJ recebeu denúncia contra 15 investigados por esquema de venda de decisões no TJ/BA. Com a decisão, quatro desembargadores do TJ/BA e outros três juízes, mais advogados e servidores, responderão a ação penal. O substancial voto do ministro Og Fernandes foi acompanhado por unanimidade. ( )

## TJ/BA

Os desembargadores Maria da Graça Pimentel, Maria do Socorro Barreto Santiago (ex-presidente do Tribunal baiano), Jose Olegário Monção Caldas e Gesivaldo Nascimento Britto (que era, poucos meses atrás, o presidente do TJ/BA) permanecerão afastados do cargo. Com relação às prisões cautelares decretadas, que incluem a da desembargadora Maria do Socorro, após muitas idas e vindas, a Corte Especial adiou a deliberação. ( )

## Mancha

Ao receber a denúncia, ministro Og apontou um capítulo nada honroso para a história do Tribunal baia-

no: no desdobramento das apurações da operação Faroeste, observou-se que havia "grupos se digladiando dentro do Tribunal, para obtenção de vantagens indevidas". ( )

## História

Foi na Bahia que se criou o primeiro Tribunal do país: no ano passado, celebrou-se os 410 anos do Judiciário baiano, o mais antigo das Américas. Instalado em 1609 com o nome de Tribunal de Relação do Estado do Brasil, também chamado de Relação da Bahia, o órgão tinha a função de atuar de forma colegiada para diminuir os poderes dos ouvidores. A denominação de Tribunal de Justiça do Estado da Bahia foi adquirida somente com a Constituição Federal de 1946.

## Homônimo

A edição de ontem de Migalhas noticiou que a Corte Especial do STJ havia ratificado o afastamento de dois desembargadores do TJ/RJ: Mário Guimarães Neto e Siro Darlan. Acerca do primeiro, faltou constatar, para registro necessário, que não há parentesco algum do magistrado carioca com o antigo ministro do STF, Mário Guimarães. Este, como bem sabem os leitores, deixou saudades por onde passou, tendo sido o responsável pela montagem da Justiça Eleitoral com as feições que hoje conhecemo-la, na redemocratização de 1945.

## Erro médico e responsabilidade civil

O escritório Vilhena Silva Advogados, em parceria com Migalhas, realiza o webinar "Erro Médico e Responsabilidade Civil em tempos de pandemia". Hoje, a partir das 16h. É gratuito! Serão palestrantes: Fabio Tadeu Panza; Marcos Paulo Falcone Patullo; Rafael Robba; e, Renata Vilhena Silva. Inscreva-se! ( )

## O STJ e as questões urgentes

O webinar "O STJ e as Questões Urgentes em tempos de Pandemia" reunirá um time de especialistas amanhã, 8/5, a partir das 11h. A inscrição é gratuita. ( )

## Indústria do petróleo - Desafios regulatórios

"Covid na Indústria do Petróleo - Desafios Regulatórios" é o tema do webinar que será realizado amanhã, 8/5, a partir das 16h, e conta com diversos especialistas. Inscreva-se gratuitamente. ( )

## Novo Apoiador

OGF Advogados surgiu com uma visão empresarial, voltada à obtenção dos resultados pretendidos por seus clientes, dentro de parâmetros éticos e de responsabilidade com a sociedade. Localizado em SP, tem como característica marcante uma gestão efetivamente empresarial, baseada em uma visão obtida pelos sócios e advogados do escritório, que foram executivos de empresas de pequeno, médio e grande porte, de capital fechado e aberto, e conhecem as necessidades das empresas. Nesse sentido, OGF Advogados tem como objetivo um atendimento de excelência jurídica a seus clientes, sem olvidar o resultado a ser obtido. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

## Apoiadores

Dança das cadeiras A eleição do ministro Jorge Mussi para a vice-presidência do STJ no biênio 2020/22 abrirá vaga na 5ª turma da Corte, que julga a Lava Jato, para onde vai o ministro João Otávio de Noronha quando encerrar o mandato de presidente do Tribunal, em agosto. ( ) Recuperação judicial Aditamento ao plano de recuperação judicial não altera o termo inicial do prazo bienal para encerrar a recuperação, decide 3ª turma do STJ, em caso relatado pelo ministro Cueva. ( ) Matérias ofensivas Presidente da OAB, Felipe Santa Cruz será indenizado em R\$ 150 mil a título de danos morais por matérias ofensivas em jornal. O veículo ainda terá de excluir

conteúdo e publicar retratação. Decisão é da juíza de Direito Sylvia Therezinha Hausen de Area Leão, da 44ª vara Cível da Capital/RJ. ( ) Liberdade de expressão Um verdadeiro ensaio sobre liberdade de expressão no último número da Revista do Advogado, da AASP. Para o advogado Celso Cintra Mori, do escritório Pinheiro Neto Advogados, e Maria Cecília Pereira de Mello, desembargadora Federal aposentada, a liberdade de expressão é o pleno exercício da potência de expansão infinita do espírito humano, dentro dos limites de sua própria dignidade. ( ) Pandemia na Justiça DF - Flexibilização Juíza Federal impede flexibilização de atividades não essenciais no DF. Decreto do governador previa retomada em 11/5. ( ) Licitações - Novas regras Publicada hoje, MP 961 permite pagamentos antecipados em licitação, altera valores de dispensa de licitação, e amplia uso do RDC - Regime Diferenciado de Contratações Públicas, durante o estado de calamidade pública. ( ) Suspensão de protesto O juiz de Direito Marcelo Augusto de Moura, de Franca/SP, concedeu tutela antecipada para suspender a cobrança de protesto de título de uma metalúrgica. Ao decidir, magistrado considerou recomendação 63/20 do CNJ a qual prevê que decisões devem tentar mitigar os impactos decorrente da pandemia em empresas. ( ) Reabertura do comércio A Havan de Araçatuba/SP poderá reabrir durante a pandemia. Juiz considerou que loja se enquadra nos serviços essenciais do município. O advogado Nelson Wilians, do escritório Nelson Wilians & Advogados Associados, atua pela loja. ( ) Redução de aluguel - Não Eataly alega queda no faturamento, mas 34ª câmara de Direito Privado do TJ/SP nega pedido para redução de aluguel enquanto durar a pandemia. Para o colegiado, a empresa é de grande porte e o argumento utilizado para a suspensão ou redução das parcelas de locação não autoriza intervenção judicial, sendo ideal que as partes façam negociações para chegar a uma solução. ( ) Redução de aluguel - Não - II Redução de faturamento por determinado período não justifica a dispensa do locatário em pagar o aluguel do imóvel que ocupa, ainda que em razão de força maior ou caso fortuito. Com esse entendimento, a 36ª

câmara de Direito Privado do TJ/SP deferiu liminar parcial vedando apenas o protesto em razão de débito de aluguel. ( ) Redução de aluguel - Sim A locatária de um estabelecimento comercial irá pagar 50% do valor do aluguel. A autora pretendia a suspensão da exigibilidade de todos os encargos locatícios, entretanto, a juíza de Direito Camilla Prado, da 41ª vara Cível do RJ, julgou ser cabível um meio termo. ( ) Fies O juiz Federal Narciso Leandro Xavier Baez, da 2ª vara de Chapecó/SC, deferiu liminar suspendendo a exigibilidade das parcelas do Fies aos estudantes da Unochapecó a partir de 18 de março, data em que foi declarada situação de emergência em todo o território catarinense. ( ) Liberdade de locomoção Município de Ilhabela/SP não pode impedir entrada de dono de imóvel que mora em outra cidade. Decisão é do desembargador Aliende Ribeiro, da 1ª câmara de Direito Público do TJ/SP, ao conceder medida cautelar recursal e pontuar que os precedentes do TJ/SP são no sentido da ilegalidade da restrição posta de forma individualizada por municípios. ( ) Saque do FGTS Trabalhadora necessitada ante estado de calamidade pública poderá sacar parte do FGTS, mesmo antes da data prevista na MP 946/20, que permite a retirada em junho. A decisão é do juiz do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano, convocado para atuar no TRT da 15ª região. ( ) Tributos O juiz Federal substituto Rodrigo Antonio Calixto Mello, da 1ª vara de Limeira/SP, concedeu liminar parcial a uma empresa fabricante de alimentos para animais limitando a 20 salários mínimos a base de incidência da contribuição ao Sebrae, Incra, Apex, ABDI, "Sistema S", e do salário-educação destinado ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A ação é patrocinada pelo advogado Geraldo Soares de Oliveira Junior, do escritório Soares de Oliveira Advogados Associados. ( ) Atividade essencial - Aviação Anac emite nota técnica afirmando que são essenciais as atividades acessórias e de suporte ao transporte de passageiros, estando incluídas atividades de aeroclubes, escolas de aviação e centros de instrução de aviação civil. A nota foi emitida em resposta à solicitação do Aeroclube de Bragança Paulista, patrocinado pelo advogado Carlos Barbosa, da

banca Cerdeira Rocha Advogados e Consultores Legais. ( ) Pregão eletrônico Diante de projeto que prevê a suspensão das atividades do mercado de ações por 120 dias no país devido à pandemia, o advogado Marcelo Godke, sócio do escritório Godke Advogados, analisa a proposta pode representar "a morte" do mercado de capitais no Brasil. Confirma. ( ) Honorários sucumbenciais Trabalhador que perdeu ação não precisará pagar sucumbência. Isso porque a ação foi ajuizada antes da reforma trabalhista, que passou a exigir que a parte vencida pague os honorários à parte vencedora. Decisão é da 7ª turma do TST. ( ) Plano de saúde Operadora pode negar cobertura de cirurgia fora do rol da ANS. De acordo com a decisão, não há conduta ilícita do plano de saúde. O escritório Rueda & Rueda Advogados atua pela operadora. ( )

## Colunas

### Decifra\$

Para o advogado e economista Francisco Petros, em meio aos mortos da covid-19, teremos de cuidar da democracia brasileira, pois o cenário é perturbador e tende a ser acrescido com mais inquietações vindas da área econômica. ( )

### Migalhas de Responsabilidade Civil

A professora Tula Wesendonck aborda, na coluna de hoje, a responsabilidade civil na esfera médica em razão da covid-19. ( )

### Migalhas Contratuais

Tema importante que surge diante das hipóteses referentes ao inadimplemento contratual, e que ganha proeminência no contexto de uma pandemia, é a possibilidade de aplicação da Teoria do Adimplemento Substancial, apontado pelo professor Cristiano Sobral Pinto. ( )

### Migalhas de Vulnerabilidade

Quem nunca deu o celular para o filho para conseguir trabalhar? Para Ana Carolina Brochado Teixeira e Filipe Medon, entregar o aparelho nas mãos de uma criança é um gesto com inúmeras implicações para a privacidade, segurança e proteção do próprio filho. E questionam: em tempos de coleta massiva de dados pessoais, como exercer uma parentalidade responsável? ( )

## CPC na prática

Os honorários advocatícios por equidade além da previsão legal é o tema da coluna de hoje, assinada pelo professor Daniel Penteado de Castro. ( )

## ABC do CDC

Ao abordar alguns efeitos jurídicos nas relações de consumo por conta da pandemia, o desembargador aposentado Rizzato Nunes discute um ponto específico e que pode gerar problemas: o dos cancelamentos dos eventos que estão marcados para datas posteriores ao recolhimento compulsório. ( )

## APP Migalhas

Baixe agora mesmo o aplicativo Migalhas e seja o primeiro a receber nosso vibrante matutino. É gratuito e não precisa de cadastro. ( )

## Apoiadores

## HotSite especial

## Migalhas de peso - Pandemia

## Relação comercial

Da banca Veirano Advogados, a advogada Elora Neto Godry Farias comenta decisão proferida pelo TJ/SP que tratou da teoria da imprevisão, envolvendo uma relação comercial. ( )

## Conciliação

O advogado Eduardo Macedo Leitão (SiqueiraCastro) discorre sobre a lei 13.994/20, que disciplina conciliação não presencial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. ( )

## Medidas transitórias

As advogadas Elisa Junqueira Figueiredo e Marjorie Braga Helvadjian, do escritório Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados, falam das alterações na lei de recuperação judicial e falência trazidas pelo PL 1.397/20, a fim de minimizar o impacto econômico da pandemia. ( )

## Acordos trabalhistas

Sobre os pedidos de adiamento do pagamento de acordos trabalhistas, ouçamos a advogada Beatriz Gomes de Oliveira, do escritório Trigueiro Fontes Advogados. ( )

## Obrigatoriedade no uso de máscaras

A advogada Gabriela Esposito da Silva Ribeiro (DASA - Deneszczuk, Antonio Sociedade de Advogados) fala da obrigatoriedade no uso de máscaras de proteção no Estado de São Paulo. ( )

## Administração Pública

O advogado Elimar Mello (Badaró Almeida & Advogados Associados) fala de como o Poder Público e as empresas devem agir e os cuidados que devem ser tomados. ( )

## Em busca da vacina

Do escritório Daniel Advogados, Fernanda Galeratrata da corrida para desenvolver uma vacina contra o coronavírus e da propriedade intelectual do medicamento. ( )

## Quem socorre o prefeito?

Os municípios estão morrendo com a conta da pandemia. A propósito dessa situação, veja as considerações de Raquel Lamboglia Guimarães, do Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados. ( )

## Isolamento social

O advogado Mauro Paciornik (Escritório Professor René Dotti), questiona: a prisão é a melhor resposta para a quebra do isolamento social? ( )

## Proteção de dados

A entrada em vigor da LGPD e seus reflexos na área de RH são tema de artigo da advogada Mariana Machado Pedroso, da banca Chenut Oliveira Santiago Advogados. ( )

## Intermediação financeira

Os advogados Ricardo Sitrângulo e Isabela Ferrari, do escritório Trench Rossi Watanabe, explicam a atividade de intermediação financeira. ( )

## Atividades essenciais

O advogado Carlos Barbosa (Cerdeira Rocha Vendite e Barbosa Advogados e Consultores Legais) fala dos aeroclubes, escolas de aviação e centros de instrução como atividades acessórias e de suporte ao exercício e ao funcionamento de atividades essenciais. ( )

## Fundo Orçamentário Temporário

O Estado do Rio de Janeiro regulamentou o Fundo Orçamentário Temporário a ser pago por contribuintes com incentivos fiscais de ICMS. Sobre o tema, veja o que falam Carlos Henrique Tranjan Bechara, Marcos de Vicq de Cumplich e João Rafael L. Gandara de Carvalho, do escritório Pinheiro Neto Advogados. ( )

## Advocacia corporativa

É necessário se reinventar em uma crise. Diante disso, o advogado Edison Carlos Fernandes, do escritório Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados, fala o que seria o "novo normal" para a advocacia corporativa. ( )

## Mercado segurador

Em tom de desabafo, o advogado Paulo Henrique Cremonese (Machado, Cremonese, Lima e Gotas - Advogados Associados) faz uma avaliação crítica sobre a situação do mercado segurador frente à pandemia e sugere a todos uma reflexão. ( )

## Contabilidade eleitoral

Guilherme Sturm, CEO da Essent Jus, explica por que a contabilidade eleitoral é o nicho que promete a maior liquidez em 2020, mesmo em meio à crise. ( )

## Precatórios

Precatórios em tempos de covid-19: pagar, parcelar ou empurrar mais ainda? O advogado Aparecido Inácio Ferrari de Medeiros (Aparecido Inácio e Pereira Advogados Associados) fala sobre o assunto. ( )

## Meditação em tempos de crise

Em tempos de crise, como cuidar da saúde mental? O advogado Gustavo Favero Vaughn fala da meditação como método para fortalecer a saúde mental. ( )

## Compramos seu precatório!

[precatórios.migalhas.com.br](http://precatórios.migalhas.com.br)

## WhatsApp Migalhas

Receba notícias direto no seu celular.

para se cadastrar.

## Migalhas mundo

### Nomeação

Senado dos EUA iniciou debate para confirmar ou não uma nova nomeação de Trump. Trata-se do juiz Justin Walker, que foi indicado para uma vaga no Tribunal Federal de Apelações em Washington. (MI - )

### Isolamento social

Na França, o governo se prepara para afrouxar a quarentena a partir de 11 de maio. Mas o Senado votou um PL para estender o estado de emergência sanitária. (MI - )

### Fraude

EUA chegou a um acordo para recuperar mais de US\$ 49 mi em um caso que envolve o fundo soberano da Malásia. (MI - )

### Compra de dívida

Conselheiros do Banco Central da União Europeia dizem que a tendência é resistir à ordem do Tribunal alemão que quer explicações para a compra de títulos. (MI - )

### Redução salarial

No Reino Unido, escritórios de advocacia estão colocando secretárias e funcionários de apoio em licença, e cortando ou congelando os salários dos advogados em vez de aceitar o apoio do Estado. (MI - )

### Fusão

Unidades britânicas da Liberty Global Plc e Telefônica irão se fundir. Coisa de US\$ 29,57 bi. (MI - )

### Contracepção

Suprema Corte dos EUA fica travada em particularidade do caso Obamacare. Trata-se do ponto que obriga os empregadores a cobrir os gastos do controle de natalidade das mulheres. (MI - )

### Mercado

Com 15 anos de experiência, Diego Gonçalves Coelho acaba de inaugurar o escritório Coelho Advogados, especializado no mercado financeiro e de capitais, com foco em securitização de recebíveis e operações de financiamento aos setores imobiliário e do agronegócio.

### Baú migalheiro

Em 7 de maio de 1917, há 103 anos, o dirigente revolucionário russo e líder bolchevique, Vladimir Lenin, tornou-se o primeiro presidente do Governo da União Soviética. Manteve o cargo como primeiro mandatário até 1924. Durante os anos 1918 e 1920, a guerra civil conduziu o governo soviético à beira do desastre e para Lenin, o destino da Rússia dependia da Revolução Mundial. ( Compartilhe )

### Migalhíssimas

FAS Advogados - Focaccia, Amaral e Lamônica Advogados promove hoje, às 16h30, mais um webinar da série "Atualizações do Mercado de Pagamentos", com o tema "Circular 3.978/20 e as novas diretrizes de KYC/AML do Banco Central". ( ) Hoje, às 11h, Tito Amaral, Lucas Sant'Anna e Juliana Sá De Miranda, sócios do escritório Machado Meyer Advogados, participam de um webinar exclusivo para discutir os impactos da pandemia da covid-19 em investigações criminais, internas e processos regulatórios. O evento é promovido pela banca americana Quinn Emanuel Urquhart & Sullivan. ( ) Pires & Gonçalves - Advogados Associados realiza hoje, a partir das 15h, o webinar "O combate à **pirataria** no Brasil", com a sócia-fundadora Ellen Gonçalves e com o sócio Marcelo Crespo. ( ) Amanhã, às 14h30, Pinheiro Neto Advogados realiza o

webinar "Tempos de Pandemia: a visão das autoridades". Sérgio Ravagnani, conselheiro do Cade, e Marcelo Pontes, diretor de Responsabilização de Entes Privados da CGU, serão os palestrantes. José Alexandre Buaiz Neto e Daniel Costa Rebello, sócios da banca, os moderadores. ( ) Especialistas se reúnem amanhã, às 17h, para um bate-papo virtual sobre os reflexos penais econômicos e concorrenciais no comércio de produtos em tempos de pandemia. Com **mediação** da advogada Rosane Rosolen de Azevedo Ribeiro, o evento contará com a presença do membro sênior do MPF, Antônio Fonseca, do economista e ex-presidente do Cade, Gesner Oliveira, e os sócios do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados, Clara Masiero, Michelle Sobreira Ricciardi Rosa e Miguel Pereira Neto. ( ) Dia 14/5, às 14h, Loeser, Blanchet e Hadad Advogados e PWC realizam o webex "A jornada da LGPD e o Covid-19: o desafio de seguir em frente". ( ) Sócios de Tributário do escritório Cescon Barriou Advogados, Roberto Barriou e Aldo de Paula conversam no "Podcast Cescon Barriou Informa" sobre "Tributação e planejamento patrimonial e sucessório no contexto da Covid-19". Ouça pelo Spotify ( ), Deezer ( ) ou Google Podcasts ( clique aqui ). Warde Advogados realizou hoje mais um webinar sobre "Mercado e Desenvolvimento", com o tema "Conflito de Interesses - Uma reforma necessária". Entre os participantes, Walfrido Warde, Lucas Akel Filgueiras e Rodrigo Bittencourt, da banca. ( ) Fabrício Soler, sócio nas áreas Ambiental, Infraestrutura, Sustentabilidade e Resíduos do Felsberg Advogados, participou ontem do "2º Diálogo - Coleta Seletiva, Reciclagem e Cooperativas", realizado pelo Instituto PNRS. **Luiz** Edgard Montauray Pimenta, presidente da **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual e sócio da Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados, participou, dia 5/5, de um webtalk sobre os "Bastidores da Indústria da Moda em Tempos de Covid-19", promovido pela **ABPI** junto com a Comissão de Direito da Moda da OAB/RJ. Fernando Pimentel, presidente da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), Guilherme Rosman, presidente da DeMillus, Deborah

Portilho e Renata Lisboa também participaram do evento. Um dos destaques da conversa foi a informação de que 35% a 40% do que é vendido nesse mercado no Brasil se constitui de vendas ilegais. Gaia Silva Gaede Advogados divulgou informativo sobre a "MP nº 960/2020 - Prorrogação Excepcional - Drawback". ( ) Pinheiro Neto Advogados divulgou a 8ª edição do relatório "Covid-19 e seus Impactos Legais no Brasil". ( ) Martinelli Advogados divulgou newsletter sobre "Decisão do STF permite que coronavírus seja considerado doença ocupacional". ( ) A equipe de Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados acompanha diariamente a publicação de atos normativos, de diferentes esferas federativas, relacionados à pandemia da covid-19. ( ) A advogada Fabíola Meira de Almeida Bresseghele, sócia coordenadora do Departamento de Relações e Consumo do Braga Nascimento e Zilio Advogados Associados, é a nova presidente da ABRAREC - Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente.

## Novidades

Parte da coleção Prática Forense da Saraiva Jur, o volume "Prática Penal - 2ª edição", coordenado por Darlan Barroso e Marco Antonio Araujo Junior, segue à risca os princípios da coleção, oferecendo conteúdo atualizado, confiável e um roteiro seguro para as principais peças processuais do Direito Processual Penal. ( ) Vitor Frederico Kümpel e Giselle de Menezes Viana apresentam a obra "Introdução ao Estudo do Direito - Inclui comentários à Lei 13.655/2018", pela YK Editora. ( )

## Gestão de escritórios previdenciários

Dias 25 e 26/5, das 19 às 22h, a Radar - Gestão para Advogados realizará a 1ª edição do "Curso de Gestão de Escritórios Previdenciários". Ministrado por Samantha Albini, o curso tem como objetivo orientar os escritórios de advocacia previdenciária sobre como gerir melhor seus clientes, documentos e processos administrativos e judiciais, de forma mais produtiva,

eficaz, segura e com qualidade! ( )

## Proteção de Dados e Privacidade

O curso "Fundamentos em Proteção de Dados e Privacidade", da PUC-SP, visa a transmissão de conhecimentos técnicos aos participantes, a respeito dos fundamentos da regulamentação de Privacidade de Proteção de Dados, assim como das práticas aplicadas à Lei Geral de Proteção de Dados. ( )

## Atualize-se

A VFK Cursos Jurídicos disponibilizou as aulas 1, 2, 3 e 4 do curso "Lei da Liberdade Econômica". Fique atualizado com relevantes assuntos do meio jurídico. ( )

## Contratos pós pandemia

A Fundação Arcadas tem realizado uma série de eventos com o objetivo de arrecadar fundos para seus projetos sociais. Essas iniciativas tornam-se ainda mais relevantes em momentos como os que estamos vivendo. Hoje, é realizado o webinar "Repactuação dos contratos pós pandemia: procedimento, limites e instrumentos". Os palestrantes serão: Floriano de Azevedo Marques Neto, Maurício Portugal Ribeiro e Maria Virginia Mesquita Nasser. ( )

## Arbitragem

Hoje, a CAMARB - Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil realiza o webinar "Arbitragem expedita: experiência nacional e internacional". ( )

## Responsabilidade de administrador e acionista controlador

O Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá promoverá webinar sobre "Responsabilidade de Administrador e Acionista Controlador", em parceria com o Instituto de Direito

Societário Aplicado (IDSA), amanhã, das 9 às 11h35. O debate contará com a abertura de Patrícia Kobayashi, secretária geral do CAM-CCBC, e com a participação dos palestrantes Guilherme Setoguti, Renata Mota Maciel, Eduardo Damião Gonçalves, José Alexandre Tavares Guerreiro, André Pitta, Marcelo Adamek, Juliana Pela e Ana Carolina Weber. As vagas são limitadas e o evento é gratuito. ( )

## Contratos

AASP promove amanhã, às 10h, o webinar gratuito "Resilição, resolução e revisão dos contratos no regime jurídico emergencial (PL 1.179/2020) na visão dos arbitralistas". Participam do evento os especialistas em arbitragem: Débora Visconte, Flávia Bittar Neves, Francisco Marino, Gustavo Tepedino e Paula Costa e Silva. Inscrições gratuitas. ( )

## Sistema penitenciário

"A disseminação da Covid-19 no sistema carcerário brasileiro" será tema de webinar gratuito que a AASP realiza amanhã, às 14h. O evento contará com a participação de Kenarik Boujikian (desembargadora aposentada do TJ/SP e especialista em direitos humanos), Alamiro Velludo (advogado, professor, ex-presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do MJ), Renato de Vitto (Defensor Público), Valdirene Daufemback (psicóloga e doutora em direito penal) e Fábio Mariz (advogado criminalista). Inscrições gratuitas. ( )

## Transação tributária extraordinária

O Instituto Brasileiro de Arbitragem Tributária - IBAT realizará, dia 14/5, às 19h, uma live em sua página no Instagram (@ibat.arbitragem.tributaria) sobre "Transação Tributária Extraordinária no contexto da pandemia da Covid-19". Os advogados André Luiz Fonseca Fernandes e Mariana Martins debaterão o tema e responderão perguntas dos participantes. Essa é a primeira live de uma série a ser veiculada pelo IBAT sobre medidas alternativas de

solução de controvérsias no contexto atual. Participe!

Mural Migalhas

Veja abaixo as cidades carentes de profissionais:

GO/Aruanã

MG/Jampruca

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**  
3, 5, 8, 11

**Pirataria**  
4, 7, 12

**Propriedade Intelectual**  
8

**ABPI**  
12

**ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta**  
12

**Arbitragem e Mediação**  
12